



2º Simulado Especial

TCE MG

Analista De Controle Externo
Especialidade: Ciências Atuariais
Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TCE-MG**, cargo de **Analista de Controle Externo - Ciências Atuariais**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/m46CRXbv5bbcigCu8>

01 - A B C D E	17 - A B C D E	33 - A B C D E	49 - A B C D E	65 - A B C D E
02 - A B C D E	18 - A B C D E	34 - A B C D E	50 - A B C D E	66 - A B C D E
03 - A B C D E	19 - A B C D E	35 - A B C D E	51 - A B C D E	67 - A B C D E
04 - A B C D E	20 - A B C D E	36 - A B C D E	52 - A B C D E	68 - A B C D E
05 - A B C D E	21 - A B C D E	37 - A B C D E	53 - A B C D E	69 - A B C D E
06 - A B C D E	22 - A B C D E	38 - A B C D E	54 - A B C D E	70 - A B C D E
07 - A B C D E	23 - A B C D E	39 - A B C D E	55 - A B C D E	71 - A B C D E
08 - A B C D E	24 - A B C D E	40 - A B C D E	56 - A B C D E	72 - A B C D E
09 - A B C D E	25 - A B C D E	41 - A B C D E	57 - A B C D E	73 - A B C D E
10 - A B C D E	26 - A B C D E	42 - A B C D E	58 - A B C D E	74 - A B C D E
11 - A B C D E	27 - A B C D E	43 - A B C D E	59 - A B C D E	75 - A B C D E
12 - A B C D E	28 - A B C D E	44 - A B C D E	60 - A B C D E	76 - A B C D E
13 - A B C D E	29 - A B C D E	45 - A B C D E	61 - A B C D E	77 - A B C D E
14 - A B C D E	30 - A B C D E	46 - A B C D E	62 - A B C D E	78 - A B C D E
15 - A B C D E	31 - A B C D E	47 - A B C D E	63 - A B C D E	79 - A B C D E
16 - A B C D E	32 - A B C D E	48 - A B C D E	64 - A B C D E	80 - A B C D E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/Xib8>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***TEXTO 1**

No século 21, eu acredito que a missão da Organização das Nações Unidas (ONU) será definida por uma consciência nova e mais profunda da santidade e da dignidade de cada vida humana, independentemente de raça ou religião. Isso irá requerer que levemos o nosso olhar para além da estrutura dos Estados, ou da simples superfície de nações ou comunidades. Devemos enfocar, como nunca, a melhoria das condições de vida de homens e mulheres, individualmente, que dão ao Estado ou à nação a sua riqueza e o seu caráter.

Neste novo século, devemos começar pela compreensão de que a paz pertence não somente aos Estados ou povos, mas também a cada um e a todos os membros dessas comunidades. A soberania dos Estados não mais deverá ser utilizada como um escudo contra grandes violações aos direitos humanos. A paz deve ser real e tangível no dia a dia de cada indivíduo que dela necessite. Devemos buscá-la, acima de tudo, pelo fato de ser a condição para que cada membro da família humana possa levar uma vida de dignidade e segurança.

A lição do século passado nos fez entender que ameaçar ou atropelar a dignidade do indivíduo — como naqueles países onde o cidadão não desfruta do direito básico de escolher o seu governo, ou do direito de escolher regularmente — resultou em conflitos, perdas de civis inocentes, vidas abreviadas e comunidades destruídas.

Com efeito, os obstáculos à democracia têm muito pouco a ver com cultura ou religião, e muito mais com o desejo daqueles que se encontram no poder e querem manter sua posição a qualquer custo. Não se trata de um fenômeno novo nem restrito a uma parte específica do mundo. As pessoas de todas as culturas prezam por sua liberdade de escolha e sentem a necessidade de ter direito de voz nas decisões que afetam suas vidas.

Kofi Annan [secretário-geral das Nações Unidas], 10 dez. 2001. In: Jerzy Szeremeta. Participação genuína na era da tecnologia de informação e comunicação (TIC). Fundação Luís Eduardo Magalhães. Gestão pública e

participação. Cadernos da FLEM. 20.ª ed. Salvador: FLEM, 2005, cap. III, p. 105-6 (com adaptações).

1. Quanto ao tipo textual, o texto 1 classifica-se como

- a) argumentativo.
- b) injuntivo.
- c) narrativo.
- d) descritivo.
- e) expositivo.

2. De acordo com o texto 1,

- a) cabe apenas ao Estado prover a segurança necessária para que os cidadãos vivam em sociedade.
- b) a soberania dos Estados é um conceito que deve ser superado.
- c) o envolvimento dos cidadãos nos assuntos públicos é dispensável.
- d) a paz deve ser para todos: os países, os povos e cada pessoa que vive neles.
- e) à ONU incumbe o compromisso de elevar a qualidade nas condições de vida da população global.

3. Com base nas ideias do texto 1, conclui-se que

- a) os entraves à democracia são causados principalmente pelas diferenças culturais entre os povos.
- b) a cultura de paz deve ser promovida exclusivamente pelos governantes.
- c) conflitos e destruição de comunidades podem surgir quando os direitos individuais são negados.
- d) em algumas sociedades, a liberdade é mais valorizada do que em outras.
- e) ao afirmar o valor sagrado da vida humana, a ONU se tornará uma entidade religiosa para aproximar os povos.

4. Os dois últimos períodos do primeiro parágrafo do Texto 1 poderiam ser unidos, sem prejuízo da correção gramatical e da coerência textual, com o devido ajuste de pontuação e de letras maiúsculas e minúsculas, utilizado a expressão:

- a) porque
- b) desse modo
- c) porém
- d) embora
- e) mas também

5. Cada uma das seguintes opções apresenta uma proposta de reescrita para o trecho “Não se trata de um fenômeno novo nem restrito a uma parte específica do mundo.” (último parágrafo). Assinale a opção em que a proposta apresentada mantém a correção gramatical, mas altera o sentido do texto.

- a) O fenômeno não é novo e também ocorre em diferentes partes do mundo.
- b) Esse fato, conhecido há tempos se manifesta globalmente.
- c) O fenômeno existe fazem décadas e aparece em diversas partes do mundo.
- d) Estamos diante de algo que surgiu recentemente, embora se espalhe por mais de uma região.
- e) Esse processo é antigo, e limitado a um único contexto geográfico.

6. A palavra “tangível”, no segundo parágrafo, está empregada com o sentido de

- a) fácil.
- b) prático.
- c) concreto.
- d) natural.
- e) ideal.

7. Assinale a opção correta em relação a aspectos linguísticos do texto 1.

- a) No segmento “dão ao Estado ou à nação a sua riqueza” (primeiro parágrafo), o emprego do sinal indicativo de crase é facultativo.
- b) No trecho “Devemos buscá-la” (segundo parágrafo), a ocorrência da ênclise pronominal é obrigatória.
- c) No terceiro parágrafo, o segmento “A lição do século passado” funciona como adjunto adverbial na oração.
- d) Seria mantida a correção gramatical do trecho “A soberania dos Estados não mais deverá ser utilizada” (segundo parágrafo) caso a forma verbal “deverá ser utilizada” fosse substituída por **deverão ser utilizados**, caso em que concordaria com o vocábulo “Estados”.
- e) No último período do texto, o pronome “suas” refere-se a “pessoas de todas as culturas”.

8. No que se refere à pontuação do último parágrafo do texto, seria mantida a correção gramatical e os sentidos do texto caso se inserisse vírgula imediatamente depois do vocábulo

- a) democracia.
- b) poder.
- c) posição.
- d) necessidade.
- e) decisões.

9. A correção gramatical e o sentido do trecho do terceiro parágrafo - “resultou em conflitos” - seriam mantidos se o verbo “resultou” fosse substituído por

- a) acabou.
- b) provocou.
- c) acarretou.
- d) motivou.
- e) promoveu.

10. O vocábulo “que” classifica-se como pronome relativo no segmento:

- a) “Isso irá requerer que levemos o nosso olhar” (1º parágrafo)
- b) “compreensão de que a paz pertence não somente aos Estados ou povos” (2º parágrafo)
- c) “A paz deve ser real e tangível no dia a dia de cada indivíduo que dela necessite” (2º parágrafo)
- d) “condição para que cada membro da família humana possa levar uma vida de dignidade” (2º parágrafo)
- e) “A lição do século passado nos fez entender que ameaçar ou atropelar a dignidade do indivíduo” (3º parágrafo)

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

11. Considerando as regras constitucionais a respeito da desapropriação, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição.
- b) a desapropriação de propriedades privadas em razão da cultura ilegal de plantas psicotrópicas ou da exploração de trabalho escravo não exige do Estado o pagamento de indenização.
- c) a competência para promoção da desapropriação alcança, além dos entes federativos, as entidades da administração indireta, bem como particulares delegatários de serviços públicos (concessionários e permissionários).
- d) a competência para declarar determinado bem como de utilidade ou necessidade pública ou de interesse social para fins de desapropriação é

comum a todos os entes federativos, exceto casos específicos, como a desapropriação para fins de reforma agrária, cuja competência declaratória é exclusiva da União.

- e) na desapropriação para fins urbanísticos, a indenização deve ser paga em títulos da dívida pública estadual, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até 20 anos, a partir do 2º ano de sua emissão.

12. Durante a execução de determinado contrato de obra pública celebrado por órgão do Poder Executivo Estadual, regido pela Lei nº 14.133/2021, a empresa contratada cometeu uma infração grave, inexecutando parcialmente o contrato e causando prejuízo significativo à Administração. Após o devido processo administrativo, a autoridade competente decidiu aplicar a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar. Sobre a aplicação e os efeitos dessa sanção, assinale a opção correta.

- a) A declaração de inidoneidade tem prazo indeterminado, perdurando enquanto não houver o resarcimento integral do prejuízo causado à Administração.
- b) A competência para aplicar a declaração de inidoneidade é exclusiva do secretário estadual, não comportando delegação, e o prazo máximo da sanção é de 6 anos.
- c) A sanção de declaração de inidoneidade impede o responsável de licitar ou contratar apenas no âmbito do ente federativo que aplicou a sanção, no caso, a esfera estadual.
- d) A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade exige que a infração tenha sido praticada com dolo ou fraude, não sendo cabível para casos de mera culpa grave.
- e) A reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade exige, cumulativamente, o decurso do prazo mínimo de 1 ano da aplicação da sanção, se não houver prazo superior fixado no ato sancionador.

13. Um órgão público deseja adquirir, por meio de procedimento auxiliar, bens padronizados que serão utilizados frequentemente, mas cuja demanda exata não pode ser definida previamente. Para tanto, pretende utilizar o Sistema de Registro de Preços (SRP). Nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.462/2023, assinale a alternativa correta.

- a) O registro de preços, caso seja realizado mediante procedimento licitatório, somente irá comportar a modalidade pregão.
- b) A existência de preços registrados obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, garantindo ao beneficiário o direito subjetivo à contratação imediata.
- c) O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.
- d) É vedada a participação de órgãos ou entidades que não participaram dos procedimentos iniciais (carona) em atas de registro de preços municipais.
- e) A licitação para registro de preços poderá ser realizada nas modalidades pregão, concorrência ou diálogo competitivo, conforme a complexidade do objeto.

14. Uma empresa de tecnologia sofreu um incidente de segurança que resultou no vazamento de dados pessoais sensíveis de milhares de usuários, tendo a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) instaurado processo administrativo sancionador. Sobre as sanções administrativas previstas na LGPD, assinale a opção correta.

- a) A multa simples poderá ser de até 2% do faturamento da pessoa jurídica, limitada, no total, a R\$ 50.000.000,00 por infração.
- b) A ANPD pode aplicar a sanção de suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais pelo período máximo de 1 ano, prorrogável por igual período.

c) As sanções de publicização da infração e bloqueio dos dados pessoais só podem ser aplicadas após a imposição de multa diária.

d) A multa diária tem limite total de R\$ 100.000.000,00 e deve ser aplicada preferencialmente às infrações leves.

e) As sanções previstas na LGPD substituem as sanções civis, penais e administrativas definidas em leis específicas, como o Código de Defesa do Consumidor.

15. Durante uma perseguição policial a um veículo roubado, uma viatura da Polícia Militar de Minas Gerais colidiu com o carro de um terceiro inocente que transitava regularmente pela via, causando graves danos materiais e lesões corporais ao motorista. Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

- a) A responsabilidade do Estado é subjetiva, devendo a vítima comprovar a imprudência ou imperícia dos policiais na condução da viatura.
- b) O Estado não responde pelos danos, pois os policiais estavam no estrito cumprimento do dever legal de perseguir criminosos.
- c) A responsabilidade é solidária entre o Estado e os policiais, podendo a vítima acionar diretamente o agente público causador do dano.
- d) Aplica-se a teoria do risco integral, sendo vedada ao Estado a alegação de excludentes de responsabilidade como culpa exclusiva da vítima ou caso fortuito.
- e) O Estado responde objetivamente pelos danos causados, com base na teoria do risco administrativo, sendo desnecessária a comprovação de culpa dos policiais.

16. Suponha a celebração de consórcio público entre o Estado de Minas Gerais, o município de Belo Horizonte e a União, definido como associação pública, tendo sido estabelecido ainda que o representante legal do consórcio será o Presidente da República. A respeito desta situação, assinale a alternativa que encontra-se em DESACORDO com a Lei 11.107/2005:

- a) o consórcio fará parte da administração indireta de Minas Gerais, de Belo Horizonte e da União.
- b) as contas do Consórcio serão apreciadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU).
- c) os entes consorciados somente entregarão recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio, formalizado anualmente.
- d) os funcionários do consórcio serão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- e) caso um dos entes consorciados tenha ratificado o protocolo de intenções somente um ano após da sua subscrição, esta dependerá de homologação da assembleia geral do consórcio.

e) possui eficácia contida a norma constitucional que estabelece a busca do pleno emprego como um objetivo da ordem econômica

18. A respeito da tutela constitucional do meio ambiente e dos povos indígenas, assinale a alternativa correta:

- a) a proteção constitucional das terras indígenas é incompatível com a sobreposição da mesma área como de proteção ambiental
- b) o meio ambiente ecologicamente equilibrado é bem de uso especial
- c) a propriedade das terras indígenas é da União, assegurando-se às comunidades indígenas o usufruto exclusivo das riquezas do solo e do subsolo
- d) a mineração em terras indígenas precisa ser autorizada pelo Congresso Nacional, assegurado poder de veto às comunidades indígenas
- e) aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

17. A respeito da aplicabilidade das normas constitucionais, à luz da doutrina e da jurisprudência, assinale a alternativa CORRETA:

- a) normas de eficácia plena podem ter sua incidência reduzida por meio de norma infraconstitucional
- b) as normas programáticas, espécie de norma de eficácia contida, estabelecem objetivos e metas a serem alcançados pelo Estado
- c) possui eficácia limitada a norma constitucional segundo a qual é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer
- d) mesmo as normas de eficácia limitada podem ser apontadas como parâmetro para o controle de constitucionalidade

19. Sobre os Tribunais de Contas, à luz da CF e da jurisprudência do STF, julgue os itens a seguir:

- I – Cabe ao Tribunal de Contas da União julgar as contas anualmente prestadas pelo Presidente da República.
- II – As competências constitucionais dos tribunais de contas estão previstas de forma exemplificativa na Constituição.
- III – As decisões das cortes de contas que imputem débito ou imponham multa têm força de título executivo.

Está(ão) correto(s) apenas:

- a) I e III
- b) II e III
- c) I e II
- d) II
- e) III

2º Simulado Especial TCE-MG (Analista de Controle Externo - Ciências Atuariais) - 13/12/2025

20. Wesskkleysson, prefeito do Município Alfa, localizado no Estado Beta, está em seu segundo mandato consecutivo à frente da prefeitura. Sabendo estar inelegível para o cargo de prefeito de Alfa nas eleições de 2024, e conhecedor de sua fama no município vizinho de Zeta, decide para lá transferir seu domicílio eleitoral, na expectativa de candidatar-se a prefeito de Zeta nas eleições de 2024.

Ao consultar sua assessoria jurídica acerca dessa possibilidade, foi-lhe esclarecido corretamente que:

- a) poderá candidatar-se a prefeito de Zeta, uma vez que sua inelegibilidade atinge apenas o território de Alfa
- b) não poderá candidatar-se a prefeito nas eleições de 2024, mesmo que em outro município
- c) poderá candidatar-se a prefeito de Zeta, mas não poderá concorrer à reeleição
- d) poderá candidatar-se a prefeito de Zeta, desde que renuncie ao cargo atual até seis meses antes do pleito
- e) encontra-se inelegível para qualquer cargo nas eleições de 2024

c) declaração de inidoneidade do licitante fraudador para licitar e contratar com o poder público estadual e municipal, por até seis anos.

d) multa diária, nos casos em que o descumprimento de diligência ou decisão puder ocasionar dano ao erário ou impedir o exercício das ações de controle externo.

e) demissão a bem do serviço público, mediante procedimento punitivo de controle externo.

22. Tendo por base as previsões da Lei Orgânica e do Regimento Interno do TCE, assinale a afirmativa correta:

- a) caberá pedido de reexame, com efeito suspensivo, em parecer prévio sobre prestação de contas do Governador ou de Prefeito, a ser apreciado pelo Tribunal Pleno.
- b) o recurso ordinário, que não terá efeito suspensivo, será apreciado pelo Tribunal Pleno, e a sua distribuição não poderá recair no relator do acórdão recorrido.
- c) cabem embargos de declaração, no prazo de cinco dias, para corrigir obscuridade, omissão, contradição ou erro material da decisão recorrida;
- d) de decisão definitiva transitada em julgado caberá agravo, sem efeito suspensivo, dentro do prazo de dois anos, podendo ter como fundamento superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida ou a decisão adotada.
- e) As partes que aceitarem expressa ou tacitamente a decisão poderão dela recorrer.

CONTROLE EXTERNO*Herbert Almeida*

21. O Tribunal de Contas do Estado do Estado poderá aplicar, entre outras, a seguinte sanção:

- a) inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração estadual ou municipal, por prazo não superior a cinco anos, aos responsáveis, sempre que o Tribunal, por maioria simples de seus membros, considerar grave a infração cometida.
- b) multa de até duas vezes o valor do dano causado ao erário.

23. Acerca da prescrição e da decadência no Tribunal de Contas, marque a opção correta:

- a) a citação válida suspende o prazo prescricional.
- b) cessada a causa suspensiva da prescrição, reinicia-se a contagem do prazo por inteiro.
- c) as decisões do TCE que imputem débito são imprescritíveis.
- d) salvo disposição legal em contrário, aplicam-se à decadência as normas que interrompem ou suspendem a prescrição.
- e) Prescreve em cinco anos a pretensão punitiva do Tribunal de Contas, considerando-se como termo inicial para contagem do prazo a data de ocorrência do fato.

24. Acerca da organização do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, marque a opção correta:

- a) A antiguidade no Tribunal será determinada pela data da posse; pelo tempo de serviço público; pela idade.
- b) O Tribunal elegerá, em escrutínio secreto, anualmente, por maioria absoluta, o Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor, sendo vedada a recondução.
- c) Não podem ocupar cargos de conselheiro, simultaneamente, parentes consanguíneos ou afins, na linha reta ou na colateral, até o terceiro grau.
- d) É vedado aos conselheiros e aos auditores exercer, exceto em disponibilidade, outro cargo ou função, podendo, em qualquer caso, exercer um cargo ou função de magistério.
- e) Os conselheiros terão as mesmas garantias, direitos, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos ministros do Superior Tribunal de Justiça.

25. Marque a opção que indica uma competência do Tribunal Pleno:

- a) emitir parecer prévio sobre as contas prestadas, anualmente, pelos Prefeitos Municipais.
- b) julgar, em regra, as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens ou valores públicos, bem como daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que tenha resultado prejuízo ao erário.
- c) deliberar sobre prejulgados.
- d) fiscalizar o repasse e a aplicação de recurso referente a convênio e instrumento congênere.
- e) apreciar, para o fim de registro, a legalidade dos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, ressalvadas as melhorias posteriores que não tenham alterado o fundamento legal do ato concessório.

26. O TCU possui diversas competências próprias e privativas, definidas no texto constitucional. Uma delas é a aplicação sanções. Sobre esse tema, pode-se afirmar que:

- a) a aplicação de penalidades independe de previsão em lei, uma vez que o seu fundamento se encontra diretamente na Constituição Federal.
- b) o TCU somente poderá aplicar a sanção de multa proporcional ao dano, por expressa determinação constitucional, não podendo impor outras naturezas de sanções.
- c) por não se tratar de órgão jurisdicional, o TCU poderá aplicar sanções sem observar o devido processo legal.
- d) a competência sancionatória do TCU se submete ao controle do Poder Legislativo, titular do controle externo.
- e) a decisão que aplicar a multa terá eficácia de título executivo extrajudicial.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS*Géssica Ehle*

27. Considerando que a dignidade da pessoa humana constitui o núcleo essencial em torno do qual se estruturam tanto os direitos humanos quanto os direitos fundamentais, assinale a alternativa correta acerca do conceito e da relação entre esses dois conjuntos de direitos.

- a) Direitos fundamentais correspondem exclusivamente aos direitos previstos nos tratados internacionais, enquanto direitos humanos são aqueles reconhecidos pelas constituições nacionais.
- b) Direitos humanos e direitos fundamentais são expressões sinônimas, utilizadas indistintamente para designar o mesmo conjunto de direitos mínimos à vida em dignidade.
- c) Do ponto de vista da essencialidade material, ambos são direitos que reconhecem o mínimo para uma existência digna, diferindo-se pelo plano jurídico de positivação.
- d) A distinção crucial entre os conceitos de direitos humanos e direitos fundamentais diz respeito à característica da superioridade normativa daqueles, a qual impõem que sejam absolutos, não admitindo limitações legais.
- e) Os direitos humanos somente possuem validade jurídica quando internalizados pelas constituições nacionais como direitos fundamentais.

28. Julgue as assertivas a seguir, relativas à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada pela ONU em 2015.

- () A Agenda 2030 estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que abrangem temas como a erradicação da pobreza extrema, o combate à desigualdade e à injustiça e ações para se conter as mudanças climáticas.
- () A Agenda 2030 é juridicamente vinculante para todos os Estados-membros da ONU, impondo obrigações legais equivalentes às de um tratado internacional.
- () Entre os objetivos da Agenda 2030 está o compromisso de se alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, assumindo-se metas como a de reconhecer e valorizar o trabalho doméstico não remunerado.

Assinale a alternativa que apresenta a ordem correta:

- a) F-F-V
- b) F-F-F
- c) V-V-V.
- d) V-F-V.
- e) V-V-F.

29. Com base na Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para promover a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, assinale a alternativa incorreta.

a) A lei prevê que os edifícios públicos e de uso coletivo devem ser construídos de modo a permitir o acesso e a utilização por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

b) A lei determina que se deve eliminar barreiras e obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

c) Nos termos da lei, em todas as áreas de estacionamento de veículos, localizadas em vias ou em espaços públicos, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas com quaisquer tipos de deficiência e pessoas com mobilidade reduzida.

d) A eliminação de barreiras inclui o dever do Poder Público de promover a supressão de barreiras urbanísticas, arquitetônicas, de transporte e de comunicação, mediante ajudas técnicas.

e) Quando a intensidade do fluxo de veículos e a periculosidade da via assim determinarem, deverá ser instalado semáforo com equipamento que emita sinal sonoro.

30. Julgue as assertivas a seguir, relativas ao Estatuto da Igualdade Racial.

I. O Estatuto da Igualdade Racial tem por objetivo garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa de seus direitos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

II. Para fins do Estatuto, considera-se população negra o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas ou pardas, conforme classificação adotada pelo IBGE, ou que adotam autodefinição análoga.

III. Conceitualmente, políticas públicas são os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das

desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.

Está correto o que se afirma em:

a) Apenas a I.

b) I e II.

c) II e III.

d) Todas as assertivas.

e) Nenhuma das assertivas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ATUÁRIA

Francisco Barreto e Gustavo Carrozzino

31. Em um plano do tipo Benefício Definido, em um Regime Próprio de Previdência Social, a adoção de premissas excessivamente conservadoras de taxa real de juros tende a:

a) reduzir o passivo atuarial, gerando superávit artificial

b) aumentar o passivo atuarial, inflando inclusive o custo suplementar

c) não afetar o passivo, pois a taxa de juros não entra no cálculo

d) afetar apenas o equilíbrio financeiro, e não o atuarial

e) reduzir o custo normal no longo prazo

32. No contexto de um RPPS, o risco de o plano necessitar de recursos adicionais por aumento da longevidade da população de aposentados está associado, principalmente, ao:

a) risco de crédito

b) risco de liquidez

c) risco biométrico

d) risco operacional

e) risco legal

33. O risco de o ente patrocinador não repassar, no prazo ou no valor devido, suas contribuições ao RPPS, é tipicamente classificado como:

- a) risco de liquidez
- b) risco de crédito
- c) risco de mercado
- d) risco biométrico
- e) risco de descasamento

34. Uma boa prática associada ao tratamento da base cadastral, conforme abordado no material, é:

- a) ajustar manualmente o cadastro apenas próximo da avaliação atuarial
- b) considerar sempre que dados faltantes equivalem a "zero"
- c) documentar critérios de saneamento e registrar limitações da base
- d) excluir todos os registros que apresentarem qualquer inconsistência
- e) usar somente dados de beneficiários já aposentados

35. Hipóteses como taxa real de juros e crescimento real de salários são classificadas como:

- a) premissas biométricas
- b) premissas demográficas
- c) premissas econômicas e financeiras
- d) premissas legais
- e) premissas aleatórias

36. A diferença entre os valores estimados atuarialmente, com base nas premissas atuariais, e os valores efetivamente observados ao longo do tempo gera:

- a) apenas déficit financeiro
- b) apenas superávit atuarial
- c) ganhos e perdas atuariais
- d) redução automática do passivo atuarial
- e) necessidade de mudar o regime financeiro

37. A adoção de uma idade provável de aposentadoria inferior àquela que efetivamente vem ocorrendo na prática tende a:

- a) reduzir o passivo, em decorrência da antecipação do pagamento dos benefícios
- b) reduzir o passivo, em decorrência da alteração no período contributivo do trabalhador ativo
- c) aumentar o passivo, como consequência do alongamento do período de acumulação
- d) distorcer o passivo, superdimensionando os custos e consequentemente o custeio
- e) não produzir efeito relevante, sob a ótica atuarial, tendo em vista ambos os casos serem projeções sem impacto na realidade observada

38. No plano de Benefício Definido (BD), é correto afirmar que:

- a) o valor do benefício depende apenas do saldo acumulado na conta individual
- b) o risco biométrico é assumido integralmente pelo participante
- c) o benefício programado tem valor ou nível previamente estabelecido
- d) não há possibilidade de déficit, apenas superávit
- e) cada participante possui conta individual plenamente segregada

39. Em um plano CD típico, o risco atuarial principal está associado:

- a) ao patrocinador, que garante valor mínimo de benefício
- b) ao participante, que arca com o desempenho dos investimentos
- c) ao ente, que deve cobrir eventuais déficits do plano
- d) exclusivamente à tábua biométrica adotada
- e) ao órgão regulador, que define as contribuições

40. Em relação ao plano de Contribuição Variável (CV), é correto afirmar que:

- a) combina características de BD e CD
- b) é sempre obrigatório para RPPS
- c) só pode ser adotado por EFPC sem patrocinador
- d) não admite componentes de benefício definido em nenhuma hipótese
- e) é proibido pela legislação brasileira

41. O RGPS e os RPPS, sob a ótica do material, são classificados como planos:

- a) exclusivamente de contribuição definida
- b) de benefício definido
- c) de contribuição variável
- d) de repartição simples com capitalização plena
- e) de contas individuais capitalizadas

42. Uma característica típica de plano BD é:

- a) as contribuições são sempre constantes
- b) o benefício não pode ser vitalício
- c) o risco de longevidade é absorvido pela mutualidade do plano
- d) o risco de longevidade não existe, pois o benefício tem prazo certo
- e) não se admite pensão por morte

43. No regime de repartição simples, as contribuições:

- a) são acumuladas para formar uma reserva individual
- b) financiam apenas benefícios a conceder
- c) são usadas para pagar benefícios do próprio exercício
- d) são investidas em ativos de longo prazo para formar reservas
- e) são obrigatoriamente aplicadas em renda fixa

44. No regime de capitalização:

- a) não há formação de reservas, apenas fluxo corrente de caixa
- b) o foco está em acumular recursos ao longo do tempo para pagar benefícios futuros
- c) o benefício deve ser sempre temporário
- d) o ente não assume qualquer risco
- e) só pode ser aplicado a benefícios por morte

45. Em um RPPS que adota capitalização para benefícios programados, o descumprimento reiterado das alíquotas de custeio pelo ente tende a:

- a) reduzir o passivo atuarial
- b) gerar superávit financeiro
- c) aumentar a insuficiência entre ativos garantidores e reservas
- d) não produzir efeitos relevantes, pois o regime é garantido constitucionalmente
- e) dispensar a necessidade de plano de amortização

46. A escolha do regime financeiro para determinado benefício deve considerar, segundo o material:

- a) apenas a preferência política do gestor
- b) somente a legislação do ente, sem análise técnica
- c) natureza do benefício, horizonte temporal e sustentabilidade do plano
- d) exclusivamente o fluxo de caixa do exercício corrente
- e) apenas a forma de investimento dos recursos

- 47.** O custo normal corresponde:
- a) ao custo para quitar déficit acumulado até a data da avaliação
 - b) ao custo das contribuições referentes ao período futuro de serviço
 - c) ao valor das contribuições dos aposentados e pensionistas
 - d) ao valor dos aportes extraordinários realizados pelo ente
 - e) exclusivamente à taxa de administração do RPPS
- 48.** O custo suplementar, na Aula 03, está associado principalmente:
- a) aos benefícios de curto prazo
 - b) à cobertura do tempo de serviço passado e déficits anteriores
 - c) à taxa de administração
 - d) a novas aposentadorias concedidas após a avaliação
 - e) à compensação financeira entre regimes
- 49.** Uma avaliação atuarial encontra déficit de R\$ 20 milhões, decorrente de alíquotas insuficientes no passado. A parcela do plano de custeio destinada a equacionar esse valor será:
- a) custo normal
 - b) contribuição administrativa
 - c) contribuição voluntária dos segurados
 - d) custo suplementar
 - e) contribuição facultativa
- 50.** Do ponto de vista conceitual, o custo normal seria suficiente se:
- a) o plano tivesse nascido equilibrado e sem histórico de déficit
 - b) o ente tivesse dívida ativa elevada
 - c) a taxa de administração fosse nula
 - d) o RPPS adotasse apenas repartição simples
 - e) todas as aposentadorias fossem por invalidez
- 51.** A Reserva Matemática é obtida, em linhas gerais, por:
- a) soma das contribuições passadas
 - b) diferença entre Valor Atual dos Benefícios Futuros e Valor Atual das Contribuições Futuras
 - c) produto da taxa de juros pelo passivo
 - d) diferença entre ativos garantidores e passivo atuarial
 - e) soma dos benefícios já pagos
- 52.** A reserva de contingência tem como finalidade:
- a) cobrir integralmente o déficit atuarial
 - b) financiar apenas benefícios temporários
 - c) absorver oscilações e incertezas não capturadas nas premissas
 - d) substituir o plano de custeio
 - e) ser usada como fonte para despesas administrativas
- 53.** No método Crédito Unitário Projetado (CUP), o custo do período é determinado:
- a) igual para todos os anos, desde a entrada até a aposentadoria
 - b) proporcional ao tempo decorrido sobre o tempo total de serviço
 - c) em função do benefício projetado, alocado ano a ano conforme o serviço
 - d) como valor fixo por participante, independente de idade
 - e) apenas com base em contribuições do ente

54. O método Agregado (ou Ortodoxo) é caracterizado, entre outros pontos, por:

- a) individualizar a reserva para cada participante desde o ingresso
- b) operar sem qualquer reserva matemática
- c) tratar o grupo como um todo, equacionando custo global de forma agregada
- d) ser utilizado apenas em planos CD
- e) não permitir ajuste do plano de custeio

55. No método Idade Normal de Entrada (INE), uma característica marcante é:

- a) atribuir custo apenas após a aposentadoria
- b) definir uma idade de entrada “normal” para efeitos de custeio
- c) tratar todos os participantes com a mesma idade de cálculo
- d) ser incompatível com planos BD
- e) ser exclusivo para benefícios por morte

56. O plano de custeio deve contemplar:

- a) apenas contribuições normais, sem suplementares
- b) apenas alíquotas dos segurados
- c) contribuições normais, suplementares e recursos para taxa de administração
- d) exclusivamente aportes extraordinários
- e) apenas recursos do ente federativo

57. Em caso de segregação de massas,:;

- a) a contribuição total do ente não pode ser rateada entre os fundos
- b) é obrigatória a adoção de um único plano de custeio
- c) a contribuição total do ente pode ser repartida entre fundos, desde que demonstrada equidade
- d) o fundo em capitalização fica dispensado de custeio suplementar
- e) não se aplica a regra de equidade no financiamento

58. Uma exigência relevante do plano de custeio proposto na avaliação atuarial é:

- a) independe da viabilidade orçamentária
- b) não considerar a taxa de administração
- c) não exigir lei específica para ser implementado
- d) ter demonstrada sua viabilidade orçamentária, financeira e fiscal
- e) ser definido apenas pelo gestor, sem atuação do atuário

59. Equilíbrio financeiro, segundo Aula 05, é:

- a) equivalência, a valor presente, entre receitas e obrigações até a extinção da massa
- b) igualdade entre passivo atuarial e ativos garantidores
- c) equivalência entre receitas e obrigações em cada exercício financeiro
- d) igualdade entre reservas matemáticas e provisões contábeis
- e) ausência de déficit atuarial

60. Superávits atuariais constantes indicam:

- a) gestão perfeita do RPPS
- b) indício de erro de custeio, com alguém pagando mais do que deveria
- c) ausência de riscos atuariais
- d) que a meta atuarial sempre será cumprida
- e) conformidade automática com todos os órgãos de controle

61. Uma das medidas de equacionamento de déficit atuarial é:

- a) redução arbitrária dos benefícios concedidos
- b) cancelamento das pensões por morte
- c) segregação de massa
- d) suspensão de contribuições do ente
- e) extinção da taxa de administração

62. A Nota Técnica Atuarial (NTA), no contexto dos RPPS, deve:

- a) ser distinta por fundo em repartição e capitalização
- b) conter apenas um resumo, sem fórmulas
- c) ser sigilosa
- d) ser elaborada apenas uma vez, sem atualização
- e) ser assinada pelo gestor do RPPS, não pelo atuário

63. O Demonstrativo do Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA) tem como função:

- a) substituir a Avaliação Atuarial
- b) registrar dados cadastrais
- c) apresentar de forma padronizada os resultados da Avaliação Atuarial
- d) projetar os valores administrativos
- e) substituir o relatório contábil do ente

64. A Lei de Gompertz modela:

- a) mortalidade decrescendo linearmente com a idade
- b) mortalidade que cresce exponencialmente com a idade
- c) mortalidade infantil apenas
- d) mortalidade accidental entre adultos jovens, com oito parâmetros
- e) desaceleração da mortalidade em idades avançadas

65. O modelo de Heligman-Pollard é particularmente adequado para:

- a) modelar apenas mortalidade em idades extremas
- b) captar mortalidade accidental maior entre adultos jovens, além de outras faixas
- c) tratar apenas mortalidade infantil
- d) substituir a necessidade de tábuas empíricas
- e) modelar apenas sobrevivência acima de 80 anos

66. A força de mortalidade, na definição apresentada, é:

- a) taxa média anual de falecimento em um grupo
- b) probabilidade instantânea de morte em certa idade, condicionada à sobrevivência
- c) número de óbitos em um ano dividido pela população total
- d) taxa bruta de natalidade corrigida pela idade
- e) probabilidade acumulada de morte até certa idade

67. A duração do passivo é definida como:

- a) soma dos pagamentos futuros de benefícios
- b) média aritmética simples dos prazos
- c) média ponderada dos prazos dos fluxos de benefícios, líquidos de contribuições
- d) média das idades dos participantes, ponderada pelos salários
- e) quantidade de anos até o último beneficiário falecer

68. O acréscimo do termo de Makeham, em relação à Lei de Gompertz, visa representar:

- a) mortalidade infantil
- b) mortalidade accidental (componente aproximadamente constante)
- c) mortalidade por causas naturais em idades avançadas
- d) natalidade
- e) migração

69. O modelo de Perks introduz principalmente:

- a) crescimento exponencial sem limite
- b) componente logístico que limita a mortalidade em idades muito avançadas
- c) componente puramente linear
- d) foco apenas na mortalidade infantil
- e) mortalidade constante em todas as idades

70. Se, em uma reavaliação, observa-se que a mortalidade real foi menor que a premissa (as pessoas viveram mais), o efeito isolado dessa diferença tende a ser:

- a) ganho atuarial
- b) perda atuarial
- c) neutralidade
- d) impacto apenas financeiro, não atuarial
- e) apenas redução da taxa de administração

71. A fórmula utilizada para o cálculo de uma anuidade constante, diferida (k), antecipada, temporárias(n) e fracionadas(m) é:

- a) $\frac{N_{x+k+1} - N_{x+k+n+1}}{D_x} + \frac{m-1}{2m} \left(\frac{D_{x+k} - D_{x+k+n}}{D_x} \right)$
- b) $\frac{N_{x+k} - N_{x+k+n}}{D_x} - \frac{m-1}{2m} \left(\frac{D_{x+k} - D_{x+k+n}}{D_x} \right)$
- c) $\frac{N_{x+k+1}}{D_x} + \frac{m-1}{2m} * \frac{D_{x+k}}{D_x}$
- d) $\frac{N_{x+1} - N_{x+1+n}}{D_x} + \frac{m-1}{2m} \left(\frac{D_x - D_{x+n}}{D_x} \right)$
- e) $\frac{N_x}{D_x} - \frac{m-1}{2m}$

72. Com relação aos fluxos de pagamento atuarialmente calculados, às rendas e reservas atuariais, assinale a resposta correta:

- a) o valor atual financeiramente calculado é conceitualmente errado, desde que se descobriu a matemática atuarial
- b) Na matemática financeira, os pagamentos são descontados pela taxa de juros aplicada. Na matemática atuarial, além da taxa de juros, utiliza-se o acréscimo da probabilidade de o pagamento ocorrer, o que faz com que o valor presente atuarial seja sempre maior.
- c) por possuir sempre o desconto adicional relativo à probabilidade de ocorrência do evento, o valor presente atuarial será maior que o valor presente financeiramente calculado.
- d) o valor presente atuarial sempre será sempre equivalente ao valor presente financeiro, em

decorrência de ambos utilizarem a mesma taxa de desconto financeiro.

- e) o valor presente atuarial sempre será menor que o valor presente financeiro, por possuir sempre o desconto adicional relativo à probabilidade de ocorrência do evento.

AUDITORIA DO SETOR PÚBLICO

Guilherme Sant'Anna

73. Avalie os itens a seguir:

- I. No planejamento da auditoria, o risco está diretamente relacionado ao impacto quantitativo e qualitativo das informações analisadas.
- II. No planejamento, a materialidade está associada à probabilidade de ocorrência de erros ou irregularidades que impactem os objetos avaliados
- III. O programa de auditoria deve ser elaborado durante a fase de planejamento, a partir dos objetivos estabelecidos para a auditoria, podendo ser ajustado ao longo da execução na medida em que surgirem novas informações ou riscos relevantes.

Estão CORRETOS:

- a) I, apenas
- b) II, apenas
- c) III, apenas
- d) I e II
- e) II e III

74. Servem, respectivamente, para acompanhar a implementação das recomendações e para obter documentos e informações preliminares a auditorias.

O enunciado diz respeito a(o):

- a) acompanhamento e levantamento
- b) inspeção e levantamento
- c) acompanhamento e monitoramento
- d) levantamento e inspeção
- e) monitoramento e levantamento

75. São finalidades das auditorias operacionais, EXCETO:

- a) avaliar os resultados organizacionais.
- b) avaliar se uma atividade operacional cumpre as normas a ela relacionadas
- c) avaliar a economicidade da ação governamental
- d) propor recomendações para aperfeiçoamento da gestão
- e) avaliar a efetividade de um programa de governo

76. Avalie os itens a seguir:

- I. Testes subjetivos visam obter evidência quanto à suficiência, exatidão e validade das informações produzidas pelos objetos auditados.
- II. Evidências provenientes de fontes independentes da entidade auditada, como uma declaração de um fornecedor, são – no geral – mais confiáveis do que as evidências produzidas internamente pela administração da entidade auditada.
- III. O exame documental se baseia na obtenção de informações com a finalidade de comparar declarações de terceiros com os documentos obtidos internamente pela auditoria.

Estão CORRETOS:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas
- c) III, apenas

- d) I e II
- e) I e III

77. Incluem elementos como questões, subquestões, critério, condição, causa e efeito, além de outros.

O enunciado se refere a(o):

- a) matriz de achados
- b) matriz de planejamento
- c) matriz de responsabilização
- d) diagrama de organização de achados
- e) diagrama de causa e efeito

78. Caracteriza-se por avaliar se os objetivos de produtos foram atingidos como planejados.

Enunciado se refere a(o):

- a) abordagem orientada a sistemas
- b) auditoria de regularidade
- c) abordagem orientada a resultados
- d) auditoria financeira
- e) abordagem orientada a problemas

79. Manter distanciamento profissional, ao mesmo tempo em que se mantém uma mente aberta e receptiva a todos os pontos de vista e argumentos.

Enunciado se refere a(o).

- a) julgamento profissional
- b) objetividade
- c) zelo
- d) proficiência
- e) ceticismo profissional

80. Avalie os itens a seguir:

- I. As atividades independentes de avaliação e de consultoria são próprias da atividade de auditoria interna governamental.
- II. Tanto a auditoria interna quanto a externa devem possuir determinado grau, ou nível, de independência em relação à entidade fiscalizada.
- III. A auditoria interna é periódica, enquanto a auditoria externa é contínua.

Estão CORRETOS:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas
- c) III, apenas
- d) I e II
- e) II e III

Discursiva Conhecimentos Gerais

Texto Motivador

O debate sobre a atuação dos membros do Congresso Nacional frequentemente esbarra no arcabouço de garantias constitucionais que visam proteger a função parlamentar. Deputados e Senadores gozam de inviolabilidades e prerrogativas processuais que os diferenciam do cidadão comum, elementos essenciais ao princípio da separação de Poderes e à defesa da democracia. Contudo, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) tem trabalhado para delinear os limites e o alcance dessas proteções, especialmente diante de atos que desvirtuam o propósito do mandato eletivo, como crimes cometidos fora das atribuições funcionais ou manifestações que atentam contra o Estado Democrático de Direito. Essa modulação constitucional visa assegurar o equilíbrio entre a necessária independência parlamentar e o combate à impunidade, reforçando a ideia de que as prerrogativas são instrumentos da função, e não privilégios pessoais.

Comando da Questão

Considerando o texto motivador e a disciplina constitucional do Estatuto dos Congressistas (artigos 53 a 56 da CF/1988), elabore um texto dissertativo a respeito das imunidades parlamentares e da prerrogativa de foro, abordando, necessariamente:

1. A distinção entre imunidade material e formal, especificando o alcance temporal da imunidade material e a necessidade de conexão com o mandato.
2. O regime constitucional da prisão do parlamentar (imunidade formal relativa à prisão) e as cautelares diversas, citando o órgão competente para deliberação.
3. A restrição da prerrogativa de foro (foro por prerrogativa de função) adotada pelo STF, conforme o entendimento firmado na Ação Penal nº 937 (AP 937).

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

Discursiva Conhecimentos Específicos

Texto Motivador

Os planos de benefícios previdenciários podem ser estruturados de diferentes formas, refletindo escolhas quanto à forma de financiamento, à previsibilidade dos benefícios e à alocação dos riscos atuariais entre patrocinadores e participantes. A escolha por um modelo não é meramente técnica ou financeira, mas envolve decisões estratégicas sobre quem assume os riscos inerentes ao regime previdenciário, impactando a sustentabilidade e a segurança dos benefícios a longo prazo. Nessa lógica, destacam-se os planos de Benefício Definido (BD), Contribuição Definida (CD) e Contribuição Variável (CV). O entendimento dessas estruturas é crucial para a correta avaliação do equilíbrio atuarial.

Comando da Questão

Considerando a gestão atuarial dos planos de benefícios previdenciários (BD, CD e CV), redija um texto dissertativo abordando, obrigatoriamente, os seguintes pontos:

1. A natureza do Plano de Benefício Definido (BD) e a alocação majoritária dos riscos atuariais.
2. O mecanismo de custeio e a natureza do benefício no Plano de Contribuição Definida (CD).
3. A conjugação de características das modalidades nos Planos de Contribuição Variável (CV) durante as fases contributiva e de pagamento dos benefícios.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>